

SISTEMA FINANCEIRO JUSTO ¹

Se as consequências da crise financeira para o Ocidente foram amplamente cobertas pelos meios de comunicação, o impacto negativo da crise nos Países em Desenvolvimento recebeu pouca atenção. E no entanto são precisamente estes os mais afectados pela crise financeira, na qual tiveram poucas responsabilidades. A muitos Países em Desenvolvimento faltam recursos para se oporem às consequências negativas da crise, ao passo que os países desenvolvidos conseguem adoptar medidas e implementar estratégias, o que aumenta a desigualdade global. De acordo com a Fundação Evert Vermeer [EVF] é de extrema importância que os países ocidentais mostrem a sua solidariedade, especialmente agora, e minimizem os piores efeitos da crise. É este o momento para alterações estruturais no sistema financeiro.

Histórico da crise

A crise financeira deixou poucos sectores incólumes no ano transacto. Companhias de seguros e fundos de pensão colapsaram, bancos faliram e o mercado da habitação diminuiu. Apesar de estas serem consequências claramente demonstráveis da corrente crise no mundo ocidental, as causas são mais profundas. A crise financeira é prova do falhanço do modelo de crescimento em que cinco mil milhões de pessoas têm permanentemente vivido acima das suas possibilidades e em que domina uma visão de curto prazo. Mesmo agora, ao lidar com a crise, são aplicadas fundamentalmente soluções de curto prazo. Estas medidas foram necessárias, mas agora devem ser encontradas outras que ofereçam uma solução estrutural no longo prazo - para as causas na origem da crise.

Uma das razões profundas para esta crise financeira é a instabilidade e desregulação do sistema financeiro. A razão que subjaz a isto é a ideologia económica dominante que tem predominado nas recentes décadas: a ideia de que os mercados se corrigem a si próprios e como tal, que é desejável o mínimo de regulação possível, de inspiração económica neo-liberal, tem levado a decisões e políticas erradas de governos nacionais, bancos centrais e instituições internacionais. O Banco Mundial e o FMI basearam-se durante demasiado tempo numa política que foi incapaz de evitar ou prever a crise e, agora que a crise chegou, parece incapaz de minimizar as suas consequências.²

¹ Estudo apresentado pela Fundação Evert Vermeer, traduzido e adaptado ao contexto português pelo IMVF

² Stiglitz, 2009, Relatório da Comissão de Peritos do Presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre reformas do Sistema Financeiro e Monetário internacional], Nações Unidas, Nova Iorque.



Outra das causas profundas da crise é a desigualdade em grande escala existente no mundo. Devido à globalização extrema e à imposição de políticas liberais impostas, muitos países assinaram, com ou sem vontade, acordos de comércio livre e assistiram à desintegração do sistema de segurança social e do Estado.

Isto levou a um aumento das diferenças de rendimento nos Países em Desenvolvimento. O aumento de preços nas mercadorias e produtos alimentares aumentou ainda mais a desigualdade global em crescimento como consequência da crise. Os países ocidentais viraram a sua atenção para dentro e encaram as medidas nacionais como prioritárias. As novas medidas proteccionistas deterioraram a posição de países em vias de desenvolvimento no mercado financeiro internacional, uma vez que não podem tomar medidas similares. Este tipo de medidas conflitua com algumas políticas de desenvolvimento, como a holandesa, e com os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), que, entre outras coisas, promovem um sistema financeiro internacional aberto, previsível e não-discriminatório (ODM8).

A crise financeira e os países em vias de desenvolvimento

As consequências da crise financeira são presentemente mais visíveis nos países em desenvolvimento. As dívidas de muitos países aumentam dramaticamente, as reservas esgotam-se, o crescimento económico diminui, os investimentos estão a ser retirados, as remessas caem e o comércio global estagna.³ Nos países em desenvolvimento, o impacto social destas consequências económicas é mais amplo do que nos países desenvolvidos - nestes países trata-se literalmente de assuntos de vida ou morte. Já foi previsto um aumento de 90 milhões de pessoas que viverão em extrema pobreza (contrariando algumas melhorias previstas nos últimos anos para o cumprimento do ODM 1 – redução para metade da pobreza extrema) e o desemprego aumenta a um ritmo explosivo.⁴ Enquanto as consequências económicas da crise podem ser resolvidas de forma relativamente rápida, as consequências sociais permanecerão por muito mais tempo. Muitos países em desenvolvimento vêm-se novamente obrigados a recorrer a empréstimos do FMI e do Banco Mundial.

³ Woods, N., *The International Response to the Global Crisis and the Reform of the International Financial and Aid Architectur* [A resposta internacional à crise global e a reforma do Arquitectura financeira e de Ajuda Internacional], Directoria-Geral para a Política Externa, Setembro de 2009.

⁴ DFID, Março 2009, *Crisis update: 90 million to be pushed into poverty by 2011* [Atualização de informação sobre a crise: 90 milhões empurrados para a pobreza em 2011], Departamento para o Desenvolvimento Internacional, Londres.

A política neoliberal imposta pelo FMI e Banco Mundial aos Países em Desenvolvimento, baseada em dogmas do *Consenso de Washington* – liberalização máxima do mercado, papel mínimo do Estado e cortes na despesa para restaurar as finanças do governo – tem, contudo, feito mais mal que bem. Economizar requer uma política pro-cíclica que estimule a economia em tempo de crescimento e o abrande em tempo de recessão. Devido a estes cortes na despesa, os governos de países em vias de desenvolvimento têm sido incapazes de desenvolver um sistema de segurança social sólido ou construir reservas. Agora, em tempos de crise, tornou-se um problema. Para além disso, acordos de comércio livre injustos, como os acordados na OMC, em que os países em desenvolvimento muitas vezes participam involuntariamente, têm consequências desastrosas. Os Países em Desenvolvimento são muitas vezes forçados demasiado cedo a abrir os seus mercados, o que faz com que não consigam desenvolver as suas próprias indústrias.

Devido à falta de liberdade das políticas, muitos países em desenvolvimento estão muitas vezes dependentes, para além do FMI e do Banco Mundial, de investimentos de bancos estrangeiros. Agora que estes bancos se encontram em dificuldades, estão a retirar colectivamente os seus investimentos de Países em Desenvolvimento - como há pouca regulação no mercado financeiro internacional, o financiamento desaparece agora inesperadamente.

Os Países em Desenvolvimento, como tal, estão extremamente vulneráveis à crise financeira e, para além disso, não têm os meios para absorver as consequências negativas.

O que tem de ser feito?

A política que o Banco Mundial e o FMI têm seguido não tem sido, no longo prazo, favorável aos países em desenvolvimento. Como tal, o pensar num novo Sistema Financeiro Justo, é muito importante que o sistema financeiro internacional seja reformado; a doutrina tradicional de liberalização e princípios de mercado provou ser demasiado limitada. Têm de ser determinadas novas condições à liberalização extrema do mercado e o papel do Estado no desenvolvimento económico deve ser reavaliado.

É importante que na reforma do sistema financeiro global seja prestada atenção às outras crises que afectam o mundo. No final, todas estas crises têm a mesma fonte: procurar um nível de riqueza demasiado elevado para aproximadamente 5 mil milhões de pessoas e não perceber as consequências deste comportamento no longo prazo. Esta crise tornou claro que a forma actual de consumir e produzir é indefensável. Para preservar o nosso futuro teremos de

dar um passo gigantesco em determinadas áreas. Um Sistema Financeiro Justo, por exemplo, também lida responsabilmente com mercadorias, abastecimento de comida e clima.

Na reforma das instituições financeiras, a primeira questão é que estas instituições se tornem mais democráticas e transparentes. Já não é credível que o Banco Mundial e o FMI continuem a falar de boa governação e democracia nos países beneficiários ao mesmo tempo que as suas organizações deixam muito a desejar. O FMI, por exemplo, continua a falhar claramente na publicação atempada das suas políticas, projectos e decisões da administração, de forma a que sejam acessíveis por todos. Para além disso, cada país que está envolvido num determinado projecto pode mesmo bloquear totalmente esta publicação.⁵ Com o Banco Mundial é fundamentalmente uma questão sobre uma extensão dos mecanismos de reclamação acessível aos cidadãos comuns. As recomendações que são feitas agora pelo painel de inspecção independente não são vinculativas e as reclamações muitas das vezes não são analisadas. Finalmente, as instituições devem prestar mais atenção à luta contra a corrupção e fraude dentro das suas próprias organizações.⁶

As instituições financeiras têm não só de se tornar mais transparentes como também mais democráticas. Como tal, uma segunda reforma que deve ser também introduzida diz respeito aos rácios de voto no seio das instituições. De forma a reconquistar legitimidade, é importante que estes sejam completamente reavaliados. Não deve continuar a ser possível a um pequeno grupo de países ricos ditar as regras ao sistema financeiro global. Actualmente no FMI, por exemplo, 10 países (incluindo EUA, Japão e Holanda) que juntos somam 11,5% da população mundial, detém 51,97% dos votos, enquanto os 165 países mais pobres detém apenas 28,78% dos votos.⁷ Instituições como o FMI não são organizações democráticas que olhem para o número de habitantes. A quantidade de votos que um país tem depende de quanto dinheiro paga. Apesar de o G20 ter recentemente decidido que os países sobre-representados devem

⁵ New Rules for Global Finance Coalition, 2009, *Report on the Civil Society (Fourth Pillar) Consultations with the International Monetary Fund on Reform of IMF Governance* [Novas regras para a Coligação Financeira Global, 2009, Relatório sobre a Sociedade Civil, Quarto Pilar, Consultas com o Fundo Monetário Internacional sobre a reforma da Governação do FMI], Washington DC.

⁶ M. de Jong, 2007, *The battle of the World Bank against Fraud and Corruption* [A batalha do Banco Mundial contra a fraude e corrupção], Institutional Integrity Department, Washington DC.

⁷ Daniel Mugge, 7 de Outubro de 2008, apresentação para *Política Económica Internacional Avançada*, Universidade de Amesterdão

entregar 5% do seu poder a países sub-representados, isto em nada altera o sistema de direito de voto baseado em quotas.⁸

Em terceiro lugar, há muito a fazer em relação a políticas institucionais. Os empréstimos do Banco Mundial e do FMI encontram-se agora sujeitos a condições específicas. Estas condições permitem aos países beneficiários pouca liberdade ao nível de políticas e força-os a seguir uma política pró-cíclica. Contudo, os países em desenvolvimento necessitam de crédito para poder seguir uma política contra-cíclica que lhes possibilite estimular a sua economia quando o contexto é negativo – como os países ocidentais fazem, mas os países em desenvolvimento não têm possibilidades. A comunidade internacional deve, como tal, pedir a alteração das condições do Banco Mundial e do FMI, bem como mais liberdade de políticas para os países beneficiários.

Num Sistema Financeiro Justo não são apenas as instituições internacionais que devem disponibilizar crédito extra para os países em desenvolvimento. Os governos nacionais, também, devem fazer tudo ao seu alcance para manter ou, melhor ainda, aumentar os seus orçamentos de desenvolvimento. Para além disso, devem ser exploradas novas possibilidades para a disponibilização de crédito. Um exemplo é a possibilidade de países trocarem os seus Direitos de Saque Especiais⁹ no FMI por dinheiro vivo.

Direitos de Saque Especiais :: (Special Drawing Rights-SDR) É um activo de reserva internacional criado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em 1969 e que é por ele administrado. Destinava-se a ser um meio de pagamento internacional que suplementaria o papel desempenhado pelo ouro e pelos dólares americanos no saldar das balanças de pagamentos entre os países membros. Os DSE podem ser trocados por moedas nacionais junto do FMI ou ser detidas por um país como parte das suas reservas. São apenas trocados entre bancos centrais, não sendo utilizados nas transacções comerciais. O seu valor determinado através da média ponderada das quatro principais moedas do comércio internacional, dos 5 principais maiores exportadores mundiais, nomeadamente França (Euro), Alemanha (Euro), Japão (iene), Reino Unido (libra esterlina) e Estados Unidos (dólar americano).

⁸ Trouw (jornal holandês), 5 de Outubro de 2009, *Wereld zoekt naar nieuwe ordening: Machtverschuiving bij IMF.*

O que Portugal pode fazer?

É intolerável que os Países em Desenvolvimento que tenham tido pouco a ver com as causas da crise sejam agora gravemente afectados. O governo Português pode utilizar o momento actual para marcar uma posição por um Sistema Financeiro Justo:

:: O governo português deve usar a sua voz na comunidade internacional para pedir reformas estruturais concretas dentro do FMI e do Banco Mundial que promovam a transparência e democracia.

:: Portugal deve optar por soluções a longo prazo. Escolher unilateralmente o ganho de curto prazo não deve ser estimulado e recompensado, mas sim contido. Eventualmente devemos efectuar uma reavaliação dos princípios económicos do consumo excessivo em que energia e mercadorias sejam avaliadas no seu verdadeiro valor e a durabilidade e o ambiente sejam levados em consideração.

:: A nível nacional, Portugal deve aumentar a Ajuda Pública ao Desenvolvimento. O valor global da Ajuda Pública ao Desenvolvimento Portuguesa baixou 15,7% em 2009 passando de 620 milhões de dólares em 2008 (0,27% do PIB) para 523 milhões em 2009 (0,23% do PIB).

Através de uma nova calendarização, 0,34% do RNB para 2010 o MNE fixa metas indicativas de 0,40% do RNB para 2011, 0,46% do RNB para 2012, 0,52 do RNB para 2013 e 0,7 por cento para 2015. Esperando deste modo cumprir com os compromissos assumidos junto das Nações Unidas e da UE na prossecução dos Objectivos do Milénio.

:: Saudamos o optimismo do governo Português, mas tendo em contra o decréscimo verificado em 2009 e a actual crise económico-financeira internacional dificilmente vamos honrar os nosso compromissos internacionais

MISSÃO DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA :: A missão fundamental da Cooperação Portuguesa consiste em contribuir para a realização de um mundo melhor e mais estável, muito em particular nos países lusófonos, caracterizado pelo desenvolvimento económico e social, e pela consolidação e o aprofundamento da paz, da democracia, dos direitos humanos e do Estado de direito.

In, *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa, 2006*